



Manifestação do presidente da Andifes perante a Presidenta da República

Senhora Presidenta,

A Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior traz a Vossa Excelência o resultado de deliberações nas quais investiu o compromisso institucional e a experiência dos gestores que reúne. Criada em maio de 1989, a **Andifes** representa o conjunto de 58 Universidades Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica e dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, distribuídos entre todos os Estados da Federação e o Distrito Federal, e em breve receberá cinco novas associadas, aqui presentes.

Nesse amplo sistema, onde 22 mulheres ocupam cargos de Reitoras, estudam mais de um milhão de alunos de graduação e de pós-graduação, aprofundando-se em todas as áreas do conhecimento, e também alunos de Ensino Fundamental e Médio, frequentando os colégios de aplicação, as escolas técnicas e agrícolas e as escolas de língua estrangeira. Merecem ainda destaque nossos 46 hospitais universitários, que formam a maior rede pública de saúde do País, responsável pelo atendimento a mais de sete milhões de brasileiros, todos os anos.

As Universidades Federais brasileiras vivem momento histórico, marcado pela expansão, pelo crescimento qualitativo e pelo resgate de compromissos perante a sociedade. Hoje, elas estão maiores, melhores e bem mais presentes que onze anos atrás, quando se iniciou um ciclo de mudanças no País e quando nossas instituições tiveram sua importância reconhecida, passando a receber do seu mantenedor – o Governo da União – investimentos, atenções e respeito.

A **Andifes** aqui comparece, Senhora Presidenta, para externar reconhecimento ao esforço desenvolvido pelo Governo no sentido de oferecer, às Universidades Federais, e, assim à sociedade brasileira, condições de seguirem em seu papel como protagonistas do desenvolvimento do País. Trata-se, para nós, reitores, de uma sóbria constatação.

Um breve repasse do que aconteceu em nossos *campi*, na última década, dá uma dimensão do que foi o crescimento experimentado por esse conjunto de Universidades. Depois de muitos anos de estagnação, criaram-se 18 novas Instituições, além de 173 novos *campi*. Com isso mais 161 municípios brasileiros, e suas macrorregiões, passaram a ser atendidos pelas Universidades, que, para encarar os novos compromissos, contrataram 27.100 docentes e 13.000 servidores técnico-administrativos.

O primeiro impacto positivo foi a ampliação do acesso ao Ensino Superior, uma vez que se criaram 122.300 vagas, representando um crescimento de 112 por cento. Resultou expressiva, nessa quadra, a expansão de matrículas em todos os cursos, especialmente nos de Engenharia, Medicina e nas Licenciaturas, bem como na oferta de cursos de Educação a Distância. Por sua vez, os recursos orçamentários se elevaram em 158 por cento, passando de 10,3 bilhões de reais para 26,0 bilhões.

É insofismável o impacto de tais medidas para o futuro do País. A comunidade universitária sente-se reconhecida ao perceber que o Brasil, na atualidade, se ampara em investimentos na Educação Superior para alavancar o avanço social e econômico. Com toda certeza, Presidenta Dilma, saberemos oferecer o nosso contributo para a realização desse empreendimento.

Também nos gratifica testemunhar o reconhecimento da sociedade ao papel da Universidade pública. Em cada Estado, em cada região onde atuamos, nossas instituições são um patrimônio da cidadania, que a elas devota carinho e respeito. O mesmo respeito, é oportuno assinalar, recolhemos das representações estaduais no Congresso Nacional, sempre sensíveis às nossas reivindicações, sempre presentes, comemorando nossas vitórias.

Nos dias atuais, o trabalho nas Universidades segue em franco progresso. Com a expansão, aumentou-se a oferta de cursos de Pós-Graduação em todo o País, ensejando melhoria na qualidade da pesquisa e da inovação. Ampliamos a matrícula de estudantes egressos da escola pública, enquanto ajudamos a fixar profissionais qualificados em regiões pobres. As inteligências mais brilhantes permanecem ali, onde mais se necessita delas. Isto se traduz em mais igualdade social e também na redução das assimetrias entre regiões. Traduz-se, ainda, no surgimento de uma nova geração de lideranças, agora distribuídas por todo o território dos Estados.

A projeção que nos é dado fazer, para as próximas décadas, é a de um país mais republicano, com o desenvolvimento regional bem distribuído, com geração de emprego e renda garantida, o que virá favorecer ao desenvolvimento do Brasil inteiro, com mais sustentabilidade e justiça social.

Se hoje pintamos esse novo Brasil com nuances otimistas, é porque já o estamos vendo nascer. A contribuição oferecida pelo Governo da Presidenta Dilma nos dá motivos para pensar positivamente. A expansão, com novas Universidades e novos Campi, veio acompanhada de uma série de medidas corajosas, que remodelaram o perfil das Instituições Federais de Ensino Superior, fortalecendo-as e trazendo-as, de uma vez por todas, para o Século 21.

A destinação de royalties do Pré-Sal para Educação e Saúde, o Plano Nacional de Educação, que carrega para essa área 10 por cento do PIB, são avanços notáveis. Acrescentem-se, aqui, aqueles aportes trazidos, mais especificamente, para as Universidades Federais, como a expansão do ensino médico, a consolidação dos campi com menos de cinco cursos, a Lei das Cotas, a redefinição da carreira docente, a Lei das Fundações de Apoio, o Programa Ciência sem Fronteiras, a reestruturação dos Hospitais Universitários através da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a consolidação do sistema ENEM/SiSu...

Em nossos *campi*, mudou até mesmo o perfil do alunado, que agora agrega milhares de jovens oriundos de famílias pobres, o que representa uma conquista social, mas que também impõe a necessidade de se ampliar a assistência estudantil. O que tem acontecido é, em suma, um torvelinho histórico, que veio redirecionar, fortalecer, agregar o respeito que faltava, e ampliar o papel social das Universidades Federais brasileiras.

Cabe-me, Senhora Presidenta, agradecer, em nome dos Reitores e de toda a comunidade universitária, e dizer que estamos dispostos a fazer mais. Muito mais. Não nos é dado, nesta hora, repousar sobre os louros. Entendemos que todas as recentes conquistas devem servir apenas como prólogo para uma atuação ainda mais profunda e renovadora da Universidade na sociedade brasileira.

Vimos apresentar a Vossa Excelência a proposta da ANDIFES para os anos vindouros, seguros de que será muito importante, nesse capítulo, a consolidação do REUNI

e dos campi interioranos, como etapa necessária para fortalecer um novo processo de expansão.

Trazemos uma **agenda de desenvolvimento para as universidades federais**, realista, que leva em conta os diferentes níveis de nossas 63 universidades. Ela contempla quatro dimensões, representadas pelo Desenvolvimento Regional, o Desenvolvimento Nacional, a Inovação Tecnológica, e a Internacionalização. Perpassam, ainda, o documento, duas dimensões transversais: a Formação de Professores para o Ensino Médio e a Educação a Distância.

Cada Universidade, focada em suas especificidades, apresentará sua proposta para um plano decenal, sem descuidar da adesão dos respectivos projetos ao Plano Nacional de Educação, Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade, Plano Nacional de Pós-graduação, ampliação e qualificação da Pós-graduação, e articulação da Pesquisa com o setor produtivo. Portanto, dentro do nosso compromisso histórico, passamos às mãos de Vossa Excelência a agenda que delinea essas propostas, cujos objetivos, os meios e o processo construtivo colocam-na como uma política de estado.

Temos a felicidade de constatar que o avanço necessário é também um avanço possível. Mas, para concretizá-lo, para que a Universidade Federal exerça na plenitude seu papel transformador e impulsionador do desenvolvimento, é imprescindível a conquista de mais autonomia. Diante disto, a **Andifes** pleiteia que se procedam às necessárias alterações na legislação, em curso, incluindo a nossa proposta de Lei Orgânica para as Universidades Federais.

Se hoje temos mobilidade no terreno da organização didático-científica, por outro lado estamos engessados no que diz respeito à gestão administrativa, patrimonial e financeira. Assim, consideramos que a autonomia das Universidades deva ser, de fato, uma prioridade da política de Ensino Superior. A instituição acadêmica tem sido criteriosa e eficiente nos gastos, no zelo pelo seu patrimônio, e necessita de autonomia tão somente para adequar-se ao novo estágio de desenvolvimento, para ampliar ainda mais a eficiência e reforçar seu caráter público.

Uma sinalização positiva foi o advento da PEC 290 e do PL 2177/2011, cujas tramitações se apresentam como exemplar, envolvendo amplo debate, a partir do

convencimento de que se estava modelando instrumentos fundamentais para garantir o avanço da inteligência brasileira. O novo Marco Legal vem desburocratizar a produção de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil e harmoniza-se com o que já se debatia a respeito da autonomia universitária. Sem dúvida, podemos interpretá-la como um passo significativo nessa direção.

Neste aspecto vale ressaltar que para a Andifes o financiamento mais robusto para a produção de Ciência, da Tecnologia e da Inovação é fundamental, pois o país demanda e a Universidade Federal tem sido o *locus* natural para essas atividades.

Estamos cientes, Senhora Presidenta, de que ainda restam tarefas complexas e desafios a serem enfrentados. Mas um pressuposto fundamental, que é a vontade política, o discernimento, a sensibilidade, nós já sabemos que, nestes quesitos, Vossa Excelência é pródiga, além de exercitar um rigoroso senso de justiça. De nossa parte, a responsabilidade e o compromisso de servidores públicos e do público. Por isso, aqui adentramos alimentando esperanças. E temos certeza de que daqui sairemos ainda mais otimistas e confiantes no futuro.

Brasília, 21 de maio de 2014.